INSTITUTO ENSINAR BRASIL

FACULDADES DOCTUM DE GUARAPARI

LORENA MERIGUETE VIEIRA

**O IMPACTO DOS PRECATÓRIOS NAS FINANÇAS DO BRASIL.**

GUARAPARI - ES

2018

LORENA MERIGUETE VIEIRA

FACULDADES DOCTUM DE GUARAPARI

**O IMPACTO DOS PRECATÓRIOS NAS FINANÇAS DO BRASIL.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Guarapari, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Área de Concentração: Contabilidade Pública.**

**Orientador: Prof.Me Wando Belffi da Costa**

GUARAPARI - ES

2018

**FACULDADES DOCTUM DE GUARAPARI**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

 O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: O IMPACTO DOS PRECATÓRIOS NAS FINANÇAS DO BRASIL, elaborado pelo aluno Lorena Meriguete Vieira foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Guarapari, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Guarapari, 13 de Dezembro 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Me Wando Belffi da Costa

Faculdades Doctum de Guarapari

Orientador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Bruno Afonso Ferreira

Faculdades Doctum de Guarapari

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof.Aline Maioli Rodrigues

Faculdades Doctum de Guarapari

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar а Deus qυе iluminou о mеυ caminho durante esta caminhada. Аоs meus pais, pelo esforço e incentivo para que conseguisse concluir a graduação. A todos os professores pela dedicação ao transmitir seus conhecimentos. Ao meus colegas de turma que estiveram presentes desde o inicio. As minhas amigas, pelo apoio durante o período de graduação. A minha família por todo apoio concedido. Enfim, agradeço a todos, que de uma forma ou outra, contribuíram para que essa conquista se tornasse possível.

Muito obrigada.

LISTA DE SIGLAS

ADCT– Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

TJ – Tribunal de Justiça

RESUMO

Este estudo, objetiva conhecer e analisar pela vertente da pesquisa bibliográfica e de modo qualitativo, os registros dos precatórios no Brasil embasado na Emenda Constitucional nº 94. A presente proposta de estudo visa observar se as entidades de direito público passaram a realizar os registros dos precatórios seguindo os prazos estipulados legalmente ou se ainda há essa morosidade e negligência com um direito do credor já proferido em juízo. Nesse sentido, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre o arcabouço legal e procedimentos contábeis adotados e efetuada coleta de dados no Sistema de Coleta de Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (SISTN),no período de 2010 a 2016, além de levantamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em2016.A justificativa do estudo está na percepção de que mais da metade dos precatórios públicos não está registrada nas contas públicas. Como consequência, considerando que os precatórios configuram direito líquido e certo ao requerente no processo e dívida efetiva do ente público, a falta de *disclosure* prejudica tanto o beneficiado pela decisão judicial – que não vê refletido seu direito nas contas públicas e nem tem expectativa para recebimento, quanto o gestor governamental e a sociedade – que não dispõem de informações confiáveis que permitam gerenciar esses valores de maneira eficaz. Portanto, pode se concluir que a influência da legislação vigente e a não observância dos fundamentos da doutrina contábil estão entre os prováveis fatores que têm afetado a adequada contabilização dos precatórios no âmbito da Administração Pública brasileira.

**Palavras-chaves:** Precatório. Morosidade. Negligência.

**SUMÁRIO**

[1 INTRODUÇÃO 7](#_Toc3213607)

[2 REFERENCIAL TEÓRICO 9](#_Toc3213608)

[2.1. Precatórios na Administração Pública 9](#_Toc3213609)

[2.2. Análise da Emenda Constitucional nº 94 do ano 2016 11](#_Toc3213610)

[2.2.1. **Principais alterações na Constituição** **11**](#_Toc3213611)

[2.3 Precatórios e levantamento nacional de pagamentos 13](#_Toc3213612)

[3 METODOLOGIA 16](#_Toc3213613)

[4 ANALISE DE DADOS 17](#_Toc3213615)

[5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 20](#_Toc3213616)

[REFERÊNCIAS 21](#_Toc3213617)

#

# 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisou o precatório na legislação brasileira, sendo precatório definido como o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais (BRASIL, 2016). Ainda segundo Filgueiras (2016) precatório é uma requisição de pagamento que o Judiciário expede para fazer a cobrança de dívidas de entes governamentais como Estados, Municípios, União, Autarquias e Fundações (FILGUEIRAS, 2012).

Os precatórios são os valores definido na condenação judicial definitiva. Quem tem cobranças feitas a órgãos governamentais na Justiça e ganho de causa, tem direito a receber esses valores em forma de precatórios (PESSOA, 2015).

Dentre as muitas funções que a contabilidade pode exercer, ela também atua com a função de registrar e evidenciar os precatórios nas demonstrações contábeis dos entes federativos. Conforme Lima e Ferreira (2012) os valores de precatórios devidos no ano de 2014 foi na ordem de 41 bilhões de reais, porém, apenas 14 bilhões estavam evidenciados nos Balanços Patrimoniais do exercício de 2005.

Com base no anteriormente exposto, o presente trabalho tem o seguinte problema de pesquisa: **Qual é o impacto dos pagamentos de precatórios nas finanças do Brasil?**

A morosidade no registro contábil, provisionamento e, consequentemente, a liquidação dos precatórios, tornou-o um título desacreditado. Sendo assim, a presente pesquisa visa observar se as entidades de direito público passaram a realizar os registros dos precatórios seguindo os prazos estipulados legalmente ou se ainda há essa morosidade e negligência com um direito do credor já proferido em juízo.

Para o estudo desse tema, o *disclosure* dos precatórios deve ser analisado, além de verificar se a legislação vigente interfere no tratamento contábil desses valores. Nesse sentido, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre o arcabouço legal e procedimentos contábeis adotados, onde ficou ilustrado que a influência da legislação vigente e a não observância dos fundamentos da doutrina contábil estão entre os prováveis fatores que têm afetado a adequada contabilização dos precatórios no âmbito da Administração Pública brasileira.

Este trabalho justifica-se pela relevância do precatório no setor público devido o montante que é pago anualmente e a possibilidade de comprometer o orçamento público. Outra questão é a necessidade de revisar aspectos inerentes ao tema morosidade, dentro da perspectiva de análise deste no registro contábil, seu provisionamento e a decorrência da liquidação dos precatórios, considerando os aspectos que fizeram desse título algo desacreditado.

Podemos analisar que mais da metade dos precatórios públicos não se encontram registrados nas contas públicas. Como conseqüência, considerando que os precatórios configuram um direito do receber e um dever da Administração Pública, a falta de *disclosure* evidencia o prejuízo em ambos os lados, pois, o sistema de prestação de contas/controle governamental e a sociedade que não tem tido em alcance informações confiáveis que permitam gerenciar esses valores de maneira eficaz, com o objetivo de analisar se houve mudanças nos registros contábeis de precatórios, para com o cumprimento das decisões judiciais que os geraram, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 94 de 2016.

#

# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Após o processo tramitar, o presidente do tribunal onde se deu a tramitação expede o precatório, que é solicitado pelo juiz responsável pela condenação. O processo inicialmente não depende do valor, e começa e tramita da mesma forma. O autor faz o ajuizamento da ação e esta é distribuída.

 De acordo com Sérgio Contente (2013), a contabilidade diz respeito à ciência social que se encarrega de registrar e controlar os atos e os fatos econômicos, financeiros e administrativos das entidades as quais os profissionais dessa ciência prestam serviços. “[...] Trata-se de um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização [...]” (p. 3).

 Para Silva (2008, p. 79-80) a contabilidade enquanto ciência necessita

[...] estar centrado num foco, num objeto que será investigado e desnudado, visando conhecê-lo intimamente. Também é necessário identificar o objetivo, ou seja, o alvo, a meta, a finalidade do que se pretende atingir com o estudo do objeto; bem como, as funções que são as ações naturais da Contabilidade, as atribuições que são desencadeadas, para garantir o atendimento dos objetivos [...] (SILVA, 2008, p. 79-80).

Nas considerações de Herman Junior (1972, p. 43)

[...] A Contabilidade, considerando a azienda em toda a sua extensão, na sua organização e nos seus fins, indaga-lhe as funções, determina sob que critério devem ser baseados as várias responsabilidades dos administradores e dos agentes e fornece os métodos e os meios com que se devem conhecer, medir, computar e demonstrar os resultados obtidos nos vários períodos da vida aziendal [...] (JUNIOR, 1972, p. 43).

Assim, será verificado como a contabilidade mensura e evidencia o impacto do precatório nas finanças brasileiro.

## 2.1. Precatórios na Administração Pública

Torna-se necessário antes de entrar na abordagem dos precatórios do governo, definirmos o que se entende por Contabilidade Pública. Para Angélico (2009, p.107) “Contabilidade Pública é a disciplina que aplica, na administração pública, as técnicas de registros e apurações contábeis em harmonia com as normas gerais do Direito Financeiro”.

De acordo com NBCsT (2012), o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Américo Luís Martins da Silva afirma que o termo “precatório” provem de seu derivativo da palavra precata, “que significa requisitar alguma coisa de alguém”. Já com relação às origens do termo precatório, a partir de suas implicações jurídicas, datam desde a Constituição Federal de 1934, embora muito antes, “a obtenção de pagamento de crédito em face da Fazenda Pública ficava subordinada ao bel-prazer do Administrador e a muito esforço e conhecimento político do interessado.” (CUNHA, 2010, p. 276).

Não eram transparentes as formas de pagamento dos precatórios. O termo ‘evidenciação’ está intimamente relacionado à divulgação e *disclosure*, pois, para Ribeiro Filho et al (2009, p. 266) “são nomes diferentes utilizados para tratar do mesmo tema”.

Sobre seu papel, o *disclosure* representa-se como instrumento [...] para o efetivo funcionamento do mercado de capitais, sendo essencial para a adequada avaliação das oportunidades de investimentos pelos agentes econômicos, na medida em que reduz a assimetria informacional [...] (GONDRIGE et al 2010, p. 14).

A contabilidade pública apresenta como um dos seus objetivos principais suportar a instrumentalização do controle social. Diante disso, e considerando que qualquer organização institucional que esteja vinculada ao Estado/esfera pública é economicamente sustentada pelos recursos provenientes da população que tem como contrapartida, prover o crescimento e o desenvolvimento econômico e social visando ao bem comum de seu povo, para que a prática da transparência/evidenciação o *disclosure* é necessário para que o cidadão, enquanto usuário da informação contábil pública, esteja apto para exercer o controle social sobre o uso dos recursos públicos. Gallo (2003, p. 30) enfatiza que:

A ação democrática consiste em todos tomarem conta do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda a coletividade. Quem pode dizer o que é bom para todos? Aquele mesmo que irá provar – o próprio ser humano. Se não de forma direta, pelo menos por meio de seus representantes, desde que ele se mantenha ativo e vigilante, acompanhando o trabalho daqueles que elegeu.

Conforme apontado pela literatura, diversos fatores influenciam na tomada de decisões a respeito do nível de disclosure. Contudo, no que se refere à transparência, “[...] A qualidade destas divulgações realizadas por sociedades listadas é de especial interesse para os investidores e operadores do mercado de capitais, porque a expectativa é de que quanto maior a qualidade da divulgação menor a assimetria de informação [...]” (GONDRIGE et al 2010, p. 14).

É muito importante compreender por que as empresas relatam as informações voluntariamente tanto para os elaboradores quanto para os usuários das informações contábeis, assim como aos responsáveis pelas diretrizes contábeis das organizações.

O *disclosure* também tem um papel financeiro importante que pode determinar uma tomada de decisão. É o que acontece, por exemplo, na relação entre uma empresa matriz e as suas filiais. Quando uma empresa matriz consolida informações de resultados de desempenho da filial, deve demonstrar aos acionistas essa informação.

##

## 2.2. Análise da Emenda Constitucional nº 94 do ano 2016

A Emenda Constitucional nº 94/2016 ocasionou algumas mudanças no regime de precatórios, conforme previsto na Constituição. Além de mudanças, possibilitou também a chegada de dispositivos vinculados ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) no sentido de instituir um regime especial de pagamento para os casos em mora.

A finalidade da promulgação do texto gerou satisfação a quem possui crédito por precatórios, uma vez que o seu teor destina maior agilidade no pagamento de precatórios pendentes. Desta maneira, no sentido de melhorar a compreensão do leitor, nesta seção, encontram-se as principais alterações da Emenda n 94 do ano de 2016.

### 2.2.1. **Principais alterações na Constituição**

A primeira alteração pode ser vista no artigo 100, parágrafo 2º, onde diz a respeito da prioridade no pagamento de precatórios. Em outras palavras, todos os titulares maiores de 60 anos, que sejam originários ou por sucessão hereditária, de débitos onde seja natureza alimentícia, terão prioridade sobre os demais.

Neste mesmo artigo, são incluídos os parágrafos 17; 18; 19 e 20 onde:

§ 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

§ 18. Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata o § 17, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:(...)

§ 19. Caso o montante total de débitos decorrentes de condenações judiciais em precatórios e obrigações de pequeno valor, em período de 12 (doze) meses, ultrapasse a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores, a parcela que exceder esse percentual poderá ser financiada, excetuada dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse financiamento a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

§ 20. Caso haja precatório com valor superior a 15% (quinze por cento) do montante dos precatórios apresentados nos termos do § 5º deste artigo, 15% (quinze por cento) do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subseqüentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado."

A inclusão mais interessante trazida pela referida emenda foi o artigo 101, que determina que todos os precatórios dos Estados, Distrito Federal e Municípios vencidos na data base de 25 de março de 2015 deverão ser pagos até 31 de dezembro de 2020. O texto anterior, determinava prazo limite até 2024 o que foi segundo o Supremo Tribunal Federal, declarado inconstitucional.

Dentro do novo regime, a quitação da dívida deverá ser feita via depósito mensal em conta do TJ local com valor calculado de 1/12 percentual sobre as receitas correntes líquidas cuja apuração será feita no segundo mês anterior ao mês de pagamento. Sobre o cumprimento do prazo e do enxugamento deste para o pagamento dos precatórios, este não é aplicável à união.

Outra inovação que se mostra positiva é a que consta no artigo 102 do ADCT, que prevê que 50% dos recursos destinados ao pagamento de precatórios em mora serão utilizados no pagamento segundo a ordem cronológica de apresentação (observadas as preferências apontadas no artigo 100, parágrafo 2º, da Constituição). Os outros 50%, por opção dos estados, DF e municípios, poderão ser destinados ao pagamento mediante acordos com os credores, com redução máxima permitida de 40% do valor atualizado a receber, contanto que não haja recurso pendente. A ordem de prioridade supramencionada vale para essa forma de pagamento (PAIXÃO, 2017, online).

Outro tipo de inclusão foi o da possibilidade de compensações de dívidas ativas. Com as mudanças na Emenda nº 94 de 2016, passa a ser facultativo ao beneficiário a compensação ou não do valor com dívidas, porém, elas devem estar inseridas como dívida ativa até 25 de março de 2015 conforme os termos do artigo 105 do ADCT.

## 2.3 Precatórios e levantamento nacional de pagamentos

Após pesquisa e mediante compreensão e análise dos dados, perceber-se-á que o disclosure dos precatórios de responsabilidade pertinentes aos Estados e ao Governo Federal, apresentam estreita relação quanto aos valores tomados nas decisões transitadas em julgado.

Sobre a afirmação anterior, no sentido de tratar melhor tais questões, buscou-se através da coleta de informações e dos dados do Sistema de Coleta de Dados e Secretaria do Tesouro Nacional, no período compreendido entre 2004 a 2009, por ser 2004 o ano que foi feito algum estudo mais apurado, o [...] levantamento nacional dos precatórios judiciais brasileiros pendentes de pagamentos, informação confirmada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que, em consulta, disse não haver nenhuma previsão para que seja realizado novo levantamento pelos tribunais do país (FERREIRA; LIMA, 2012, p.9). A tabela 1 a seguir apresenta os valores do STF registrados em 2004.

**Quadro 1: Valores dos precatórios registrados em 2004.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Estado** | **Estados** | **Capitais** | **Total** |
| **AC** | Acre | 109.979.181 | 47.221.380 | 157.200.561 |
| **AL** | Alagoas | 149.025.962 | 55.234.297 | 204.260.259 |
| **AM** | Amazonas | 116.574.237 | 36.513.866 | 153.088.103 |
| **AP** | Amapá | 27.325.049 | 2.635.679 | 29.960.728 |
| **BA** | Bahia | 557.687.758 | 518.521.027 | 1.076.208.785 |
| **CE** | Ceará | 469.872.201 | 90.176.859 | 560.049.060 |
| **DF** | Distrito Federal | 2.429.178.278 | 10.099 | 2.429.188.377 |
| **ES** | Espírito Santo | 6.975.143.012 | 1.090.630.122 | 8.065.773.134 |
| **GO** | Goiás | 906.816.446 | 140.250.992 | 1.047.067.437 |
| **MA** | Maranhão | 72.155.114 | 75.149.619 | 147.304.732 |
| **MG** | Minas Gerais | 3.500.000.000 | 733.456.201 | 4.233.456.201 |
| **MS** | Mato Grosso do Sul | 276.857.910 | 45.688.796 | 322.546.706 |
| **MT** | Mato Grosso | 2.223.516.347 | 375.279.490 | 2.598.795.837 |
| **PA** | Pará | 0 | 11.851.165 | 11.851.165 |
| **PB** | Paraíba | 139.780.417 | 41.132.608 | 180.913.025 |
| **PE** | Pernambuco | 83.795.302 | 82.106.953 | 165.902.255 |
| **PI** | Piauí | 139.758.472 | 29.564.853 | 169.323.325 |
| **PR** | Paraná | 6.940.496.196 | 4.560.640.553 | 11.501.136.749 |
| **RJ** | Rio de Janeiro | 1.322.801.847 | 303.485.459 | 1.626.287.306 |
| **RN** | Rio Grande do Norte | 112.409.055 | 176.178.116 | 288.587.171 |
| **RO** | Rondônia | 318.822.635 | 122.175.311 | 440.997.946 |
| **RR** | Roraima | 2.043.722 | 6.558.060 | 8.601.783 |
| **RS** | Rio Grande do Sul | 2.329.490.913 | 194.399.508 | 2.523.890.422 |
| **SC** | Santa Catarina | 300.002.604 | 122.759.411 | 422.762.015 |
| **SE** | Sergipe | 71.831.234 | 64.580.152 | 136.411.385 |
| **SP** | São Paulo | 12.224.298.358 | 10.887.306.103 | 23.111.604.461 |
| **TO** | Tocantins | 11.373.964 | 10.126.502 | 21.500.466 |
| **BR** | Total | 41.637.184.177 | 19.997.485.217 | 61.634.669.394 |

**Fonte: Levantamento STF 2004.**

Para Rodrigues (2017), embora esses dados terem por obrigatoriedade, a necessidade de serem públicos em atendimento à [Lei de Acesso a Informação](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm), a unificação desses dados, não é encontrada em nenhum lugar. Nesse caso, a falta de local unificado, faz com que seja necessário buscar de modo individual nos tribunais para conhecimento do valor total.

O autor considera ainda ser trabalhoso a obtenção de tais informações, pois, pelo fato de serem 27 Tribunais de Justiça Estadual, 05 Tribunais Federais e 24 Tribunais Regionais do Trabalho, sendo que, nem todos os tribunais tornam acessíveis essas informações de maneira fácil.

Através da prática contábil, tem se pautado no disclosure desses valores quando se aproxima seu efetivo pagamento. Os dados que são levantados pelo STF são nessa etapa comparados aos dados disponíveis pelo SISTN realizados no período de 2004 a 2009 (por serem o último ano de informação disponível) conforme a tabela 2 abaixo, tendo em vista as decisões proferidas não repercutirem imediatamente nas contas públicas brasileiras.

**Quadro 2 - Precatórios Estaduais – Valores em R$ contabilizados nos balanços patrimoniais de 2004 a 2009**.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF**  | **2004** | **2005** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** |
| **AC**  | **34.129.530** | **46.279.556** | **47.774.891** | **49.646.275** | **-** | **50.514.104** |
| **AL** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **AM** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **AP** | **-** | **-** | **-** | **-** | **833.981.244 -** | **-** |
| **BA**  | **661.771.014** | **640.401.155** | **662.498.225** | **746.790.156** | **-** | **832.461.507** |
| **CE -** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **DF**  | **-** | **-** | **2.808.741.615** | **3.710.435.271** | **654.741.461** | **-** |
| **ES**  | **-** | **-** | **114.230.192** | **-** | **-** | **635.013.070** |
| **GO**  | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **MA** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.423.957.268**  | **-** |
| **MG**  | **-** | **1.405.566.797** | **1.457.138.700** | **1.253.675.465** | **-** | **26.180.493** |
| **MS**  | **257.789.291** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **MT** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **PA**  | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **14.377.078** |
| **PB**  | **-** | **-** | **-** | **-** | **11.729.296** | **-** |
| **PE**  | **13.176.068** | **-** | **4.416.759** | **23.764.227** | **325.373.504** | **11.644.779** |
| **PI**  | **-** | **-** | **-** | **-** | **4.109.218.540** | **342.296.021** |
| **PR**  | **724.531.982** | **1.368.191.908** | **2.440.728.981** | **2.619.168.738** | **2.780.339.592** | **4.391.379.496** |
| **RJ**  | **1.047.422.412** | **1.170.509.590** | **1.920.799.264** | **2.626.205.093** | **349.966** | **3.295.793.818** |
| **RN**  | **-** | **-** | **374.188**  | **902.323** | **-** | **2.325.640** |
| **RO**  | **201.410.340** | **193.752.106** | **192.284.042** | **-** | **-** | **-** |
| **SC**  | **-** | **-** | **-** | **132.913.886** | **-** | **562.521.167** |
| **SE**  | **33.898.655** | **37.561.175** | **78.924.103** | **89.023.589** | **17.600.471.405** | **213.332.065** |
| **SP**  | **-** | **12.067.059.166** | **12.768.471.239** | **15.436.519.151** | **18.888.127** | **19.198.830.440** |
| **TO**  | **-** | **-** | **2.276.375** | **27.569.616** | **30.411.258.750** | **34.876.641** |
| **BR**  | **4.102.857.702** | **18.292.523.598** | **24.170.034.407** | **28.411.469.065** | **60.770.201.857** | **31.908.674.023** |
| **RN**  | **-** | **-** | **374.188** | **902.323** | **-** | **2.325.640** |

**Fonte: Levantamento STF 2004 e dados do SISTN (em R$)**

 Vale ressaltar que, em conformidade com a base de dados do SISTN, os valores apresentados referentes a precatórios financeiros e não financeiros foram compostos a partir de duas contas: os precatórios anteriores a 05/05/2000 e os posteriores a mesma data.

Em análise restrita ao exercício de 2004, contemplado nas duas tabelas, verifica-se que a totalidade das decisões judiciais nos Estados somaram R$41.637.184.177,00, sendo que apenas R$4.102.857.702,00 encontravam-se evidenciadas no SISTN, gerando assim uma representação de 10% das decisões proferidas.

Para o STF (2004) o conhecimento e o acompanhamento do repasse dos entes devedores, torna-se um aspecto importante na etapa que consiste no processo de pagamento de precatórios.

# 3 METODOLOGIA

Vale destacar que neste trabalho “Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento” (DEMO, 2005, p. 21).

Tomando como referência a classificação dos tipos de pesquisa apontados por Demo (2005), é possível afirmar que esta pesquisa - devido aos resultados que se espera obter a partir dela - se enquadra no perfil de pesquisa qualitativa.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa não possui preocupação com a representatividade numérica, mas - ao contrário - com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização.

## Já de acordo com as considerações de Santos (1999), pela pesquisa qualitativa, o pesquisador/estudante/cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas. Sendo munido de um conhecimento limitado, o objetivo da amostra sempre consiste em produzir informações aprofundadas e ilustrativas, ou seja, sendo pequena ou grande, na pesquisa qualitativa, o importante é que ela seja capaz de produzir novas informações.

 A estruturação da pesquisa de abordagem qualitativa se consolidará a partir da realização do estudo e pela busca por informações apresentadas e existentes em livros, revistas, artigos científicos e outras fontes disponíveis na internet em geral.

Quanto aos fins, a pesquisa será de revisão de literatura e sob a forma explicativa, pois, de acordo com Gil (1991) a pesquisa explicativa não tem o compromisso de explicar aquilo que descreve, mas de levantar questões acerca de situações e relacionadas de forma a proporcionar a visualização de uma totalidade.

Para realizar a pesquisa foi utilizado o Relatório de Precatórios: Reestruturação da Gestão nos Tribunais, com disponibilidade on-line e consulta alguns Tribunais de Justiças estaduais.

Devido à complexidade do tema precatório, esse trabalho de pesquisa apresenta duas limitações metodológicas: I) Os dados disponíveis são de 2004 e 2011, ou seja, relativamente antigos; II) Não foi possível encontrar as dívidas de precatório de todos os estados brasileiros.

#

# 4 ANALISE DE DADOS

Para análise de dados, comparou-se os dados de precatório do ano de 2004 disponível no site do STF e também utilizado por Ferreira e Lima (2012)com os dados colhidos.

**Quadro 3: Comparação dos valores dos precatórios.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Estado** | **Estados 2004** | **Estados 2011** | **Diferença** |
| **AC** | Acre | 109.979.181 | 162.306.539 |  |
| **AL** | Alagoas | 149.025.962 | 334.320.448 | 185.294.486 |
| **AM** | Amazonas | 116.574.237 | 471.357.517 | 354.783.280 |
| **AP** | Amapá | 27.325.049 | \* |  |
| **BA** | Bahia | 557.687.758 | 716.123.966 | 158.436.208 |
| **CE** | Ceará | 469.872.201 | 579.123.887 | 109.251.686 |
| **DF** | Distrito Federal | 2.429.178.278 | \* |  |
| **ES** | Espírito Santo | 6.975.143.012 | \* |  |
| **GO** | Goiás | 906.816.446 | \* |  |
| **MA** | Maranhão | 72.155.114 | \* |  |
| **MG** | Minas Gerais | 3.500.000.000 | \* |  |
| **MS** | Mato Grosso do Sul | 276.857.910 | \* |  |
| **MT** | Mato Grosso | 2.223.516.347 | 207.729.629 | -2.015.786.718 |
| **PA** | Pará | \* | \* |  |
| **PB** | Paraíba | 139.780.417 | \* |  |
| **PE** | Pernambuco | 83.795.302 | 413.562.213 | 329.766.911 |
| **PI** | Piauí | 139.758.472 | 869.295.181 | 729.536.709 |
| **PR** | Paraná | 6.940.496.196 | 5.613.305.243 | -1.327.190.953 |
| **RJ** | Rio de Janeiro | 1.322.801.847 | 4.580.197.702 | 3.257.395.855 |
| **RN** | Rio Grande do Norte | 112.409.055 | 139.864.225 | 27.455.170 |
| **RO** | Rondônia | 318.822.635 | \* |  |
| **RR** | Roraima | 2.043.722 | \* |  |
| **RS** | Rio Grande do Sul | 2.329.490.913 | \* |  |
| **SC** | Santa Catarina | 300.002.604 | \* |  |
| **SE** | Sergipe | 71.831.234 | \* |  |
| **SP** | São Paulo | 12.224.298.358 | 24.476.531.606 | 12.252.233.248 |
| **TO** | Tocantins | 11.373.964 | 159.442.049 | 148.068.085 |
| **BR** | Total | 41.637.184.177 | 38.560.853.666 |  |

Fonte: Conselho Nacional de Justiça.

Obs: \* valor não encontrados

Observa-se na tabela 3 que na maioria dos estados os valores de dívida dos precatórios aumentaram, porém, chama atenção que nos estados do Mato Grosso e Paraná os valores diminuíram.

No Paraná, a justificativa para a diminuição do valor do precatório pode estar no fato que houve uma CPI dos precatórios, onde pode ter influenciado a amortização dos mesmos.

No estado do Mato Grosso no ano de 2011 houve uma iniciativa de aceleração de pagamento de precatórios de pequenos valores como noticiado pela Secretaria da Fazenda do MT.

**Quadro 4: Comparação dos valores dos precatórios com estados válidos.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Estado** | **Estados 2004** | **Estados 2011** | **Diferença** |
| **AL** | Alagoas | 149.025.962 | 334.320.448 | 185.294.486 |
| **AM** | Amazonas | 116.574.237 | 471.357.517 | 354.783.280 |
| **BA** | Bahia | 557.687.758 | 716.123.966 | 158.436.208 |
| **CE** | Ceará | 469.872.201 | 579.123.887 | 109.251.686 |
| **MT** | Mato Grosso | 2.223.516.347 | 207.729.629 | -2.015.786.718 |
| **PE** | Pernambuco | 83.795.302 | 413.562.213 | 329.766.911 |
| **PI** | Piauí | 139.758.472 | 869.295.181 | 729.536.709 |
| **PR** | Paraná | 6.940.496.196 | 5.613.305.243 | -1.327.190.953 |
| **RJ** | Rio de Janeiro | 1.322.801.847 | 4.580.197.702 | 3.257.395.855 |
| **RN** | Rio Grande do Norte | 112.409.055 | 139.864.225 | 27.455.170 |
| **SP** | São Paulo | 12.224.298.358 | 24.476.531.606 | 12.252.233.248 |
| **TO** | Tocantins | 11.373.964 | 159.442.049 | 148.068.085 |
| **BR** | Total | 24.351.609.699 | 38.560.853.666 | 14.209.243.967 |

Fonte: Conselho Nacional de Justiça.

Analisando os dados dos precatórios dos estados que tinham as informações disponíveis, percebe-se o aumento dos valores para o ano de 2011, as causas desse crescimento pode ser pelo índice de correção Para análise de dados, comparou-se os dados de precatório do ano de 2004 disponível no site do STF e também utilizado por Ferreira e Lima (2012) com os dados colhidos.

Gráfico 1 - Comparação dos valores de precatório.



No gráfico, pode-se perceber que o estado com maior dívida de precatório é o estado de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro. No estado de São Paulo a dívida de precário em 2011 é quase o dobro da dívida de 2004.

#

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo apresentado, pode ser constatado que as dívidas dos estados têm aumentado a cada dia. Isso pode ser um problema para as finanças dos estados. Na maioria dos casos, o gestor pela força da lei acaba por nao reconhecer nas contas publicas os valores devidos a títulos de precatórios, uma vez que não dispõe de recursos financeiros para o pagamento no exercício e muitas vezes já no limite de endividamento permitido.

A proposta do presente estudo, tendo como base os fundamentos da Teoria Contábil, é que o processo judicial seja contabilizado antes mesmo da sua caracterização como precatório, de acordo com a classificação de risco atribuído ao processo em tramitação para as contas públicas: se remota, possível ou provável. No caso da classificação possível, esses valores passam a ser considerados passivos contingentes, devendo o disclosure ser apenas em notas explicativas. Por fim, se provável, a provisão deve ser reconhecida como exigibilidade e constar também nas notas explicativas. Com relação ao impacto significativo que o registro patrimonial desses valores trará para as contas públicas, o estudo sugere a harmonização dos fundamentos da Teoria Contábil com os dispositivos legais atualmente em vigor. Entende-se que a discussão de propostas que flexibilizem o fluxo de caixa para pagamento dos precatórios, como a EC 62, não resolve o problema, porque alivia a pressão sobre o Governo no momento atual, mas não é coerente com o direito líquido e certo daqueles que tem precatório a receber, nem com os futuros gestores e sociedade, que herdarão dívidas passadas. A mudança do fato jurídico pelo fato contábil com o fim de reconhecer os processos judiciais no momento do fato gerador, conforme preconiza a Teoria Contábil, auxiliará a elaboração do orçamento dos anos seguintes e a representação da realidade nas demonstrações e relatórios públicos de forma tempestiva.

Diante de uma bibliografia aparentemente escassa sobre o tema, observou-se que não existem estudos ou pesquisas específicas que sirvam para fomentar um estudo comparativo dentro desta ou fora desta instância do setor contábil.

#

# REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Contabilidade **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11**/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça. <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa /precatorios/realtorio\_precatorios\_CNJ\_FINAL1.pdf> acesso: 03/12/2018.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **A Fazenda Pública em juízo.** 8ª ed. São Paulo: Dialética. 2010.

DEMO. P. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Ibpex, 2005.

Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/12/2016, Página 1 (Publicação Original)EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94, DE 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-94-15-dezembro-2016-784026-publicacaooriginal-151554-pl.html>. Acesso em 02 mai de 2018.

FILGUEIRAS, Tarsila Carneiro Gonçalves. **Judicialização dos precatórios: impactos na gestão pública e na política urbana,** 2012. Disponível: <https://www2.ufmg.br/gestaopublica/content/download/27351/183599/file/TCC%20Tarsila%20Carneiro%20Gon%C3%A7alves%20Filgueiras.pdf>. Acesso em 10 de janeiro 2018.

Gallo, S. (2003). Ética e cidadania: caminhos da filosofia. (2003). Campinas: Papirus.

GONDRIGE, E. de O.; ESPEJO, M. M. dos S. B.; CLEMENTE, A.; SILVA, W. V. da. **Fatores Explicativos do Disclosure Voluntário das Empresas Brasileiras de Capital Aberto sob a Perspectiva da Estrutura de Governança Corporativa e de Propriedade,** 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON1183.pdf>.

FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes; LIMA, Diana Vaz de. **Análise do disclosure dos precatórios públicos: influência da legislação e fundamentos da teoria contábil**. 2012.

PAIXÃO, [**Alan Victor Neres**](https://direitodiario.com.br/author/alanvictor/) Mudanças no pagamento de precatório trazido pela EC 94/2016 Disponível em: de jun de 2017, <https://direitodiario.com.br/mudancas-no-pagamento-de-precatorio-trazidas-pela-ec-942016>.

PESSOA, Betânia Faria,**A sistemática dos precatórios e o princípio da preservação da empresa/ Betânia Faria e Pessoa – Nova Lima:** Faculdade de Direito Milton Campos. / FDMC, 2015.

RIBEIRO, C. E. N.; TAKAO, E. L.; MIRANDA, I. T. P.; SILVA, M. A. C. DA; VICENTINI, J. P. **Sociedades cooperativas versus sociedades de capitais.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 1., 2004, Maringá. Anais... Maringá: Conbrad, 2004.

Secretaria da Fazenda <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/estado-acelera-pagamentos-de-precatorios-de-pequeno-valor> acesso em 03/12/2018.

#